

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA, para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. de Fisioterapia, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. de Fisioterapia;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 01 (um) ano.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
1	326896	BOLA LISA Material: Borracha Natural; Características Adicionais: Conjunto 3 Bolas Cores Diferentes- Tamanho: P	KIT	7
2	479143	BOLA CRESPA Material: Borracha Natural; Aplicação: Exercício Fortalecimento Muscular e Massagem; Diâmetro: Cerca De 20 Cm	UNID.	10
3	357184	BOLA CRESPA Material: Borracha Natural; Aplicação: Exercício Fortalecimento Muscular E Massagem; Diâmetro: 9 Cm	UNID.	30
4	357182	BOLA CRESPA Material: Borracha Natural; Aplicação: Exercício Fortalecimento Muscular e Massagem; Diâmetro: 8 Cm	UNID.	30
5	284625	BOLA CRESPA Material: Borracha Natural; Características Adicionais: Para Dessensibilização; Tamanho: G	UNID.	10

6	450265	BOLAS TONIFICADORAS Material emborrachado (PVC), preenchida com areia 3kg	UNID.	10
7	6789	BODY BLADE Classic Kit Black Varade fibra de vidro emborrachada de alta resistência, antiderrapante, rosca em forma de barra de fácil separação, peso nas extremidades, alta vibração 1,60 cm/5,2 de diâmetro	UNID.	15
8	412915	CAIXA DE TATO TAMANHO: 20 X 30 X 20 CM.	UNID.	01
9	6789	CANETAS DERMOCRÁFICAS	UNID.	20
10	6460	ELETRODOS DESCARTÁVEIS Para uso em Aparelho Tens kit com 10 eletrodos cada	KIT	30
11	438836	GANCHO PARA CROCHETAGEM MIOFASCIAL Características Adicionais: Conjunto Componentes: Ponteira e Espátula	UNID.	10
12	345804	INCENTIVADOR RESPIRATÓRIO DE FLUXO INSPIRATÓRIO Características Adicionais: Coluna Graduada, Cursor Interno Móvel Ajuste Fluxo Componentes: Esfera Com Resistência Zero Outros Componentes: 2 Traqueias E 2 Bocais	UNID.	02
13	419458	INCENTIVADOR RESPIRATÓRIO Material: Povo Aplicação: Terapia Expiratória Positiva C/ Inalação Componentes: C/ Bocal Modelo Desmontável	UNID.	05
14	485455	PAQUÍMETRO PONTA ROMBA WCS - HB FISIOTERAPIA	UNID.	01
15	384473	PRANCHA PROPRIOCEPÇÃO Material: Madeira Revestida Com Antiderrapante Características Adicionais: Retangular Tamanho: Medidas Em Torno De 60CmX40Cm	UNID.	10
16	471239	RAMPA DE EQUILÍBRIO AJUSTÁVEL Material: Madeira Aplicação: Fisioterapia Tamanho: 30 X 10 X 40 Componentes Adicionais: Piso Sintético Antiderrapante, Base Em Eva	UNID.	10
17	361095	ROLO CILÍNDRICO Material: Espuma Poliuretano Aplicação: Posicionamento Pélvico	UNID.	05

18	450618	ROLO EXERCITADOR DE PUNHO especificação: rolo e rotor de punho; montado em um suporte de madeira para ser fixado na parede rolo em estrutura de madeira com regulagem de resistência; rotor em estrutura metálica, com empunhadura de madeira com resistência regulável; com medidas de 70x15x19 cm (c x l x a); peso aproximado: 2kg	UNID.	20
19	408890	ROLO NEUROLÓGICO SÓLIDO Estrutura madeira, revestido de espuma e courvin, Características adicionais: posicionamento grande	UNID.	10
20	408892	ROLO NEUROLÓGICO SÓLIDO estrutura madeira, revestido de espuma e courvin, características adicionais: posicionamento pequeno	UNID.	10
21	394888	ROLO PARA POSICIONAMENTO DA CABEÇA "FORMA PUDIM" Material: Polímero Viscoelástico Revestido Filme de Uretano Características Adicionais: Não Radiopaco, Não Condutor Isento de Látex Tamanho: 19 X 21 Cm Componentes: Hipoalergênico	UNID.	05
22	454091	SISTEMA P/PRESSÃO EXPIRATÓRIA POSITIVA VIBRATÓRIA Aplicação: Mobilização de Secreção Outros Componentes: C/ Bocal	UNID.	02
23	450230	SISTEMA P/TREINAMENTO MUSCULATURA INSPIRATÓRIA Componentes: C/ Válvula Componentes Adicionais: Pressão Cerca de 25 A 190 Cmh2o	UNID.	02
24	396134	TÁBUA DE ALONGAMENTO DE TRÍCEPS SURAL Material: Madeira Revestida com Antiderrapante Dimensão: 40/35/15 Cm	UNID.	20
25	452246	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL, visor digital de fácil visualização, memória da última medição, 100% resistente a água e bateria de longa duração (substituível).	UNID.	20

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição de Materiais de Fisioterapia, para suprir as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. de Fisioterapia, pelo período de 12 (doze) meses;

3.3. A presente aquisição faz-se necessária considerando que o processo sob nº 17706/2022, Pregão Eletrônico nº 015/2023, deu-se Frustrado para os itens 14, 24, 39, 82, 85, 96 e 98, e Deserto para os itens 11, 13, 15, 19, 25, 26, 38, 59, 70, 77, 78, 80, 81, 83, 86, 88, 90 e 91, conforme Resultado de Julgamento acostado às fls. 06/08, visando suprir a demanda das atividades de Fisioterapia, para a implantação do Centro de Recuperação e Reabilitação com atendimento em fisioterapia motora e respiratória aos pacientes Pós-Covid;

3.4. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas da Unidade de Saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FISIOTERAPIA, para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. de Fisioterapia, pelo período de 12 (doze) meses;

4.2. A presente aquisição faz-se necessária considerando que o processo sob nº 17706/2022, Pregão Eletrônico nº 015/2023, deu-se Frustrado para os itens 14, 24, 39, 82, 85, 96 e 98, e Deserto para os itens 11, 13, 15, 19, 25, 26, 38, 59, 70, 77, 78, 80, 81, 83, 86, 88, 90 e 91, conforme Resultado de Julgamento acostado às fls. 06/08, visando suprir a demanda das atividades de Fisioterapia, para a implantação do Centro de Recuperação e Reabilitação com atendimento em fisioterapia motora e respiratória aos pacientes Pós-Covid;

4.3. A aquisição a contratar são enquadrados como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço unitário, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;
- 5.2.** A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;
- 5.3.** Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- 5.4.** Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitante;
- 5.5.** Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.6.** Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;
- 5.7.** Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 5.8.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;
- 5.9.** Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;
- 5.10.** Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 5.11.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 5.11.1.** Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para

os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

5.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

6.2.1. Coordenação de Fisioterapia: Rua Plínio Casado, s/n, Suspiro, Centro, Nova Friburgo/RJ;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Lucimar Figueira Ribeiro	207.764	Superior Imediato
Patrícia Soares Carvalho	299.080	Fiscal Titular
Sandra Helena Schuenck	299.513	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Substituto

7.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. de Fisioterapia;

8.2.2. Fonte de Recursos: SUS – 1600;

8.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.301.0083.2.193;

8.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.00;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.5 - fraudar a licitação.

11.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.6.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.6.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.7 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.1.7.1 - advertência;

11.1.7.2 - multa;

11.1.7.3 - impedimento de licitar e contratar e

11.1.7.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.8 - Na aplicação das sanções serão considerados:

11.1.8.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.1.8.2 - as peculiaridades do caso concreto;

11.1.8.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.1.8.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.1.8.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.9 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.1.9.1 - Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

11.1.9.2 - Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

11.2 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.5 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no

art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.6 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.7 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.8 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.9 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.11 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

12.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 10 de abril de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 106.137